



BROCHADO
COELHO
ADVOGADOS

REGISTO DO BENEFICIÁRIO EFETIVO

**ACMEETINGS
29/03/3019**



PROGRAMA

1. Noção
2. O registo em curso até 30 de abril
3. Consequências do incumprimento



Lei 83/2017 de 18 de agosto

Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpõe parcialmente as Diretivas 2015/849/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e 2016/2258/UE, do Conselho, de 6 de dezembro de 2016, altera o Código Penal e o Código da Propriedade Industrial e revoga a Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, e o Decreto-Lei n.º 125/2008, de 21 de julho

- Também cria importantes deveres em matéria de beneficiário efetivo mas não dispõe quanto ao registo agora em curso

Lei n.º 89/2017 de 21/08

Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RJRCBE), transpõe o capítulo III da Diretiva (UE) 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e procede à alteração de Códigos e outros diplomas legais, tais como

Código do Registo Predial,

Código do Registo Comercial,

Lei n.º 89/2017 de 21/08

Código do Notariado,

Regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas,

Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, que cria a
Informação Empresarial Simplificada;

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas
Coletivas,

Lei n.º 89/2017 de 21/08

Código do Notariado,

Regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas,

Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, que cria a
Informação Empresarial Simplificada;

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas
Coletivas,



Portaria 233/2018 de 21 de Agosto

regulamenta o regime jurídico do RCBE

Define a forma da declaração e de submissão dos
formulários e os procedimentos de autenticação

O QUE É O beneficiário efetivo?

Art.º 1.º RJRCBE

“a pessoa ou as pessoas singulares que, ainda que de forma indireta ou através de terceiro, detêm a propriedade ou o controlo efetivo das entidades a ele sujeitas”.





Sociedades comerciais:

Devem registar:

Sócios/acionistas

Membros de órgãos de administração (e administradores de facto)

Beneficiários efetivos– que podem não ser todos os sócios ou podem ser não sócios



Relativamente à própria sociedade (ou sócios da mesma que sejam pessoas coletiva)

Certidão permanente atualizada

CAE ou CAE`s (caso a indicação do mesmo não resulte da certidão permanente);

O endereço eletrónico institucional.

Relativamente ao beneficiário efetivo e sócios/acionistas e gerentes/administradores que sejam pessoas singulares, mesmo que menores de idade

Nome completo; Data de nascimento; Naturalidade;

Nacionalidade; Morada completa de residência permanente;

Dados do documento de identificação (número e validade do cartão do cidadão ou bilhete de identidade); NIF

Endereço eletrónico de contacto;

Lei n.º 89/2017 de 21/08

Art.º 3.º

Os documentos que formalizem a **constituição de sociedades comerciais** devem conter a identificação das pessoas singulares que detêm, ainda que de forma indireta ou através de terceiro, a propriedade das participações sociais ou, por qualquer outra forma, o controlo efetivo da sociedade, sem prejuízo dos demais requisitos previstos na lei.

Sociedades devem ter registo interno e externo

Registo interno:

Lei n.º 89/2017 de 21/08

Artigo 4.º

Registo do beneficiário efetivo

1 - **As sociedades comerciais** devem manter um registo atualizado dos elementos de identificação:

- a) Dos sócios, com discriminação das respetivas participações sociais;
- b) Das pessoas singulares que detêm, ainda que de forma indireta ou através de terceiro, a propriedade das participações sociais; e

Sociedades devem ter registo interno e externo

Registo interno:

- c) De quem, por qualquer forma, detenha o respetivo controlo efetivo.
- 2 - A informação referida no número anterior deve ser suficiente, exata e atual, bem como **comunicada às entidades competentes nos termos da lei.**
- 3 - Para efeitos do disposto no n.º 1, deve ser recolhida a informação do representante fiscal das pessoas ali mencionadas, quando exista.

Lei n.º 89/2017 de 21/08

Artigo 5.º Obrigação de informação

1 - Para efeitos do disposto no artigo anterior, os sócios são obrigados a informar a sociedade de qualquer alteração aos elementos de identificação nele previstos, no prazo de **15 dias** a contar da data da mesma.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a sociedade pode notificar o sócio para, no prazo máximo de **10 dias**, proceder à atualização dos seus elementos de identificação.



Lei n.º 89/2017 de 21/08

Artigo 5.º Obrigação de informação

3 - O incumprimento injustificado do dever de informação pelo sócio, após a notificação prevista no número anterior, permite a amortização das respetivas participações sociais, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, designadamente nos seus artigos 232.º e 347.º

Lei n.º 89/2017 de 21/08

Sociedade que não mantenha informação atualizada:

Coima de 1000 a 50.000 euros

Dever de atualização anual – até Julho

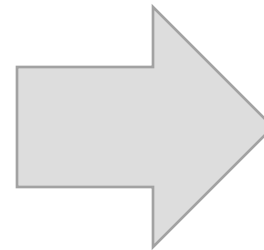
Art.º 15.º RJRCBE

Quem está sujeito ao envio da IES – envia declaração
“juntamente com aquela”

Registo externo

Registo Central do beneficiário efetivo – base de dados gerida pelo IRN

Âmbito de declaração – muito amplo





Lei n.º 89/2017 de 21/08

Artigo 3.º RJRCBE

Âmbito de aplicação

1 - Estão sujeitas ao RCBE as seguintes entidades:

- a) As associações, cooperativas, fundações, sociedades civis e comerciais, bem como quaisquer outros entes coletivos personalizados, sujeitos ao direito português ou ao direito estrangeiro, que exerçam atividade ou pratiquem ato ou negócio jurídico em território nacional que determine a obtenção de um número de identificação fiscal (NIF) em Portugal; (...)

- b) As **representações de pessoas coletivas internacionais** ou de direito estrangeiro que exerçam atividade em Portugal;
- c) Outras **entidades que, prosseguindo objetivos próprios e atividades diferenciadas das dos seus associados, não sejam dotadas de personalidade jurídica;**
- d) Os instrumentos de gestão fiduciária registados na Zona Franca da Madeira (**trusts**);
- e) **As sucursais financeiras** exteriores registadas na Zona Franca da Madeira.

N.º2 – fundos fiduciários e os outros centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica com uma estrutura ou funções similares,

Excluem-se do âmbito de aplicação do presente regime:

- a) **As missões diplomáticas e consulares**, bem como os **organismos internacionais de natureza pública** reconhecidos ao abrigo de convénio internacional de que o Estado Português seja parte, instituídos ou com acordo sede em Portugal;
- b) Os **serviços e as entidades dos subsectores da administração central, regional ou local do Estado**;
- c) As **entidades administrativas independentes**, designadamente, as que têm funções de regulação da atividade económica dos sectores privado, público e cooperativo, abrangidas pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2017, de 2 de maio, bem como as que funcionam junto da Assembleia da República;
- d) O **Banco de Portugal e a Entidade Reguladora para a Comunicação Social**;

Excluem-se do âmbito de aplicação do presente regime:

- e) **As sociedades com ações admitidas à negociação** em mercado regulamentado, sujeitas a requisitos de divulgação de informações consentâneos com o direito da União Europeia ou sujeitas a normas internacionais equivalentes, que garantam suficiente transparência das informações relativas à titularidade das ações;
- f) **Os consórcios e os agrupamentos complementares de empresas;**
- g) **Os condomínios**, quanto a edifícios ou a conjuntos de edifícios que se encontrem constituídos em propriedade horizontal, desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:
 - i) O valor patrimonial global, incluindo as partes comuns e tal como determinado nos termos da normas tributárias aplicáveis, não exceda o montante de (euro) 2 000 000; e
 - ii) Não seja detida uma percentagem superior a 50 % por um único titular, por titulares ou por pessoa ou pessoas singulares que, de acordo com os índices e critérios de controlo previstos na Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, se devam considerar seus beneficiários efetivos.

DEVER DECLARATIVO DAS ENTIDADES SUJEITAS AO RJRCBE

Art.º 5.º e 6.º RJRCBE

Declarar nos momentos previstos e com periodicidade fixada no regime informação sobre BE

Dever é do administrador ou gerente de direito ou de facto

Trusts – pessoa que atue como administrador fiduciário

6.º, 2 – empresas na hora e on line – também permitem informação ao Registo Central do Beneficiário Efetivo

Artigo 7.º RJRCBE e art.º 3.º portaria 233/2018

Representação

A declaração pode ainda ser efetuada por:

- a) **Advogados, notários e solicitadores**, cujos poderes de representação se presumem;
- b) **Contabilistas certificados**, em decorrência da declaração de início de atividade ou quando estiver associada ao cumprimento da obrigação de entrega da Informação Empresarial Simplificada – neste momento CC ainda não podem fazer registo do Beneficiário Efetivo pois falta o sistema de autenticação da AT previsto no art.º 3.º da portaria 233/2018.



Conservatórias: registo acompanhado – deve ser agendado. Em que ir os gerentes/administradores. Em abril vai deixar de haver agenda. – 15 euros
registo normal on line – sem custos.

Fora de prazo: 35 euros

Artigo 37.º Incumprimento das obrigações declarativas

1 - Sem prejuízo de outras proibições legalmente previstas, enquanto não se verificar o cumprimento das obrigações declarativas e de retificação previstas no presente regime, é vedado às respetivas entidades:

a) Distribuir lucros do exercício ou fazer adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício;

b) Celebrar contratos de fornecimentos, empreitadas de obras públicas ou aquisição de serviços e bens com o Estado, regiões autónomas, institutos públicos, autarquias locais e instituições particulares de solidariedade social maioritariamente financiadas pelo Orçamento do Estado, bem como renovar o prazo dos contratos já existentes;

Incumprimento das obrigações declarativas

1 - Sem prejuízo de outras proibições legalmente previstas, enquanto não se verificar o cumprimento das obrigações declarativas e de retificação previstas no presente regime, é vedado às respetivas entidades:

c) Concorrer à concessão de serviços públicos;

d) Admitir à negociação em mercado regulamentado instrumentos financeiros representativos do seu capital social ou nele convertíveis;



O

Incumprimento das obrigações declarativas

- e) Lançar ofertas públicas de distribuição de quaisquer instrumentos financeiros por si emitidos;
- f) Beneficiar dos apoios de fundos europeus estruturais e de investimento e públicos;
- g) Intervir como parte em qualquer negócio que tenha por objeto a transmissão da propriedade, a título oneroso ou gratuito, ou a constituição, aquisição ou alienação de quaisquer outros direitos reais de gozo ou de garantia sobre quaisquer bens imóveis.





Artigo 38.º RJRCBE

Responsabilidade criminal e civil

Quem prestar falsas declarações para efeitos de registo do beneficiário efetivo, para além da responsabilidade criminal em que incorre, nos termos do artigo 348.º-A do Código Penal, responde civilmente pelos danos a que der causa.

Artigo 6.º da lei:

Incumprimento pela sociedade das obrigações declarativas:

coima de (euro) 1 000 a (euro) 50 000.

sfc@brochadocoelhoadvogados.pt
253614947



Brochado Coelho e Associados
Sociedade de Advogados, SP, RL.

Porto

Rua de Vilar, nº 199, 2º e 3º
4050-626 Porto
T. 226 090 816 | 226 091 375
F. 226 090 804

Braga

Avenida da Liberdade, Edifício Granjinhos,
nº 432, 8.º piso, sala 50, Apartado 32
4711-909 Braga
T. 253 614 947 | F. 253 619 684

E.
geral@brochadocoelhoadvogados.pt
www.brochadocoelhoadvogados.pt